



PARTE E

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Aviso n.º 2877/2013

Assembleia geral ordinária

Convocatória

Nos termos do disposto no n.º 1, alínea *a*) do artigo 18.º do Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 35 781 de 5 de agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de julho, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, a reunir em primeira Convocação no dia 22 de março de 2013, pelas 17h 30 m, na sede da Caixa — Praça de D. Pedro IV, n.º 45, 4.º andar, em Lisboa -.

Caso não se encontrem presentes metade dos associados abrangidos pelas disposições estatutárias, convoco a mesma Assembleia a reunir em

segunda Convocação, no dia 22 de março de 2013, pelas 18h, podendo então deliberar com qualquer número de associados.

ordem de trabalhos

Discussão e votação do Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2012.

Os documentos relativos ao relatório e às contas podem ser examinados pelos associados, na sede da Caixa — Praça D. Pedro IV, n.º 45, 2.º andar, em Lisboa — a partir de 11 de março de 2013.

De acordo com as disposições estatutárias só podem fazer parte da Assembleia Geral os associados que se encontrem na situação prevista no artigo 15.º do Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 35 781 de 5 de agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de julho.

19 de fevereiro de 2013. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Secretário-Geral do Ministério da Educação e Ciência, *Doutor Raúl Capaz Coelho*.

306774374

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

Diretiva n.º 3/2013

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

DIRETIVA

Fornecimento de energia elétrica a instalações eventuais

O Regulamento de Relações Comerciais (RRC) aprovado através do Regulamento n.º 496/2011, de 19 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento n.º 468/2012 da ERSE, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.ª Série, de 12 de novembro de 2012, estabelece os princípios gerais para a escolha de comercializador de energia elétrica, tendo presente o regime de extinção das tarifas reguladas para clientes em baixa tensão normal, que veio determinar que, a partir de 1 de janeiro de 2013, todos os consumidores em Portugal continental se encontram abrangidos pela referida extinção de tarifas reguladas de fornecimento a clientes finais.

O exercício da escolha de comercializador, nos termos do RRC, é efetuado por associação a cada instalação consumidora, sendo os processos específicos para esse exercício de escolha concretizados nos procedimentos de mudança de comercializador aprovados pela Diretiva n.º 8/2012 da ERSE.

As instalações eventuais, conforme definidas no RRC, apresentam especificidades próprias que determinam que o fornecimento de energia elétrica, aos consumidores titulares destas instalações, pressupõe uma sucessão de contratos de fornecimento, ainda que em localizações diversas e sempre sujeitas à viabilidade de ligação, ditada pelo operador da rede de distribuição.

A experiência recolhida com a integração em regime de mercado do fornecimento de energia elétrica a instalações eventuais tem demonstrado a inexistência de pluralidade de ofertas comerciais por parte de comercializadores em regime de mercado, e tendo em consideração n.º 4 do art.º 46.º do Decreto-lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, pode ser admitida, perante a circunstância, a possibilidade de fornecimento de energia elétrica pelo comercializador de último recurso sempre que não exista a oferta dos comercializadores de eletricidade em regime de mercado atrás referida.

Nestes termos,

Ao abrigo do previsto no artigo 31.º dos Estatutos da ERSE, anexos ao Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 212/2012, de 25 de setembro, o Conselho de Administração deliberou o seguinte:

- 1.º Admitir e autorizar, até 31 de dezembro de 2015, o fornecimento de energia elétrica pelo comercializador de último recurso a instalações eventuais assim definidas nos termos do Regulamento de Relações Comerciais.
- 2.º A permissão de fornecimento de energia elétrica pelo comercializador de último recurso, nos termos do número anterior, não impede nem prejudica a celebração de contratos de fornecimento por parte de comercializadores em regime de mercado relativamente a instalações eventuais.
- 3.º O exercício de escolha de comercializador por parte de titulares de instalações eventuais junto de um comercializador em regime de mercado, previsto no número anterior, é efetuado por aplicação das regras e procedimentos de mudança de comercializador em vigor.
- 4.º O fornecimento de energia elétrica a instalações eventuais por parte do comercializador de último recurso está sujeito ao disposto no Regulamento de Relações Comerciais, designadamente nos seus artigos 214.º a 219.º.

5.º O comercializador de último recurso deverá enviar à ERSE, até ao 15.º dia útil do mês subsequente ao final de cada semestre, a seguinte informação:

- a. Número de solicitações para a celebração de contrato de fornecimento com instalações eventuais, no semestre anterior;
- b. Número de contratos efetivamente celebrados com instalações eventuais no semestre anterior;
- c. Energia fornecida no âmbito dos contratos efetivamente celebrados com instalações eventuais no semestre anterior;
- d. Valor dos montantes faturados no âmbito dos contratos efetivamente celebrados com instalações eventuais no semestre anterior.

6.º A presente diretiva entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

18 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Vitor Santos

Doutor José Braz

Dr. Ascenso Simões

206773304

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Aviso n.º 2878/2013

1 — Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, faz-se público que por despacho de 20 de dezembro de 2012, da Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL) se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria/carreira de Técnico Superior na modalidade de relação jurídica de emprego público, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com a duração de 12 meses, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da ESEL aprovado para o ano de 2013.

2 — Dispensada a consulta à ECCRC por não se encontrar constituída e em funcionamento, de acordo com informação constante no site www.dgaep.gov.pt, FAQ's — Procedimento Concursal (Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril).

3 — Para cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida. Face aos princípios da racionalização, da eficiência e da economia processual que devem presidir à atividade dos serviços públicos, no caso da impossibilidade da ocupação dos postos de trabalho em causa por aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o recrutamento pode ser feito de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, conforme despacho de 20 de dezembro de 2012, da Presidente da ESEL.

4 — Local de trabalho: Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL), Lisboa.

5 — Posicionamento remuneratório: tendo em conta o preceituado no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação após o termo do procedimento concursal, com os limites estabelecidos pelo artigo 38.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. A posição remuneratória de referência corresponde à 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de Técnico Superior e ao nível 15, da tabela remuneratória única, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, correspondente a 1 201,48€ (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centimos), ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

6 — Características do posto de trabalho: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação

comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores, grau de complexidade funcional 3.

7 — Requisitos de admissão:

Poderá candidatar-se ao presente procedimento concursal quem reúna, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos de admissão:

7.1 — Os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a saber:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Ser detentor de licenciatura ou grau académico superior, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 44.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

8 — Critérios preferenciais de admissão:

8.1 — Licenciatura em Economia;

8.2 — Experiência comprovada em assuntos relativos às áreas de recrutamento, no âmbito da Divisão de Planeamento e Inovação, nomeadamente:

- a) Gestão financeira de projetos;
- b) Preparação de candidaturas a projetos;
- c) Implementação do sistema de gestão de qualidade, através da Norma ISO9001;
- d) Realização de estudos no âmbito da Inovação e Qualidade.

9 — Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e categoria de Técnico Superior em regime de emprego público por tempo indeterminado e, não se encontrando em mobilidade especial, ocupem postos de trabalho, na ESEL, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

10 — Forma de apresentação das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente sob pena de exclusão, através do preenchimento de formulário próprio, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, da Diretora Geral da DGAEP, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009, disponível no site da ESEL (www.esel.pt), e remetidas por correio, registado e com aviso de receção, para a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, sita na Avenida do Brasil, n.º 53-B, 1700-063 Lisboa, ou entregues, pessoalmente, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00 na mesma morada.